

ATA N.º 20/2014

Ao vigésimo quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, a Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra reuniu em Sessão Extraordinária privada, nas suas instalações em Agualva, sita na Rua António Nunes Sequeira, 16, 2735-054 Agualva- Agualva-Cacém.-----

A reunião foi presidida pelo senhor Presidente de Junta Carlos Casimiro e estiveram presentes os Senhores Vogais: Vogal Secretário Luís Rato, Vogal Tesoureiro João Castanho, Vogal Mário Condessa, Vogal Helena Cardoso, Vogal Joana Marques e o Vogal Teodósio Alcobia. Por motivos pessoais, o senhor Vogal Tesoureiro João Castanho, ausentou-se uns minutos antes do fim da reunião.-----

Nesta reunião esteve presente a representante da empresa DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.-----

Apresentada a Ordem de Trabalhos, a mesma consta do seguinte:-----

Ponto Um – Informações:-----

Ponto Dois – Deliberações com as seguintes propostas:-----

Proposta n.º JF 145/2014, do Vogal João Castanho, relativa ao relatório da Auditoria às contas da antiga Junta de Freguesia de Agualva;-----

Proposta n.º JF 146/2014, do Presidente de Junta, relativa à alteração ao Protocolo para a prática de Karaté com o Dojo do Mestre Brito;-----

Proposta n.º JF 147/2014, do Presidente de Junta, relativa à colocação dos painéis identificativos das instalações da Junta de Freguesia;-----

Proposta n.º JF 148/2014, do Vogal João Castanho, relativa à correção à 2.ª revisão ao orçamento e 2.ª revisão ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos) de 2014;-----

Proposta n.º JF 149/2014, do Presidente de Junta, relativa à alienação da viatura automóvel da marca Hyunday H1 e aquisição de uma viatura automóvel usada da marca Mitsubishi L200 ou equivalente.-----

Ponto Três – Outros Assuntos:-----

3.1. Assuntos de interesse geral.-----

-- Aberta a sessão pelo senhor Presidente Carlos Casimiro que de imediato passou a palavra à representante da empresa DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para que explicasse de uma forma resumida o relatório entregue pela empresa à Junta de



Freguesia de Agualva e Mira Sintra, referente à Auditoria às contas da antiga Junta de Freguesia de Agualva -----

Tomou a palavra a representante da empresa DFK & Associados - Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas que disse: "... Nos estivemos a fazer a auditoria ao mandato da Junta de Freguesia ou da antiga Junta de Freguesia de Agualva, no período de dois mil e nove a dois mil e treze. Os trabalhos incidiram sobretudo sobre a análise da contratação pública a alguns fornecedores. Incidiu também sobre algumas despesas de refeição e uma despesa relacionada com deslocações, estadas e com ajudas de custo. As principais conclusões foram: efetivamente identificam dois ajustes diretos simplificados ao fornecedor Magoflor, que não poderia ter sido efetuados, na medida em que já tinham sido feitos ajustes diretos antes, e, portanto o número dois do artigo cento e treze, do código da contratação pública não o permite. Identificamos também uma situação em que o critério de adjudicação inclui a experiencia em trabalhos semelhantes, o que colide com o número um do artigo setenta e cinco do CCP, ou seja: não é permitido que num concurso público normal, possa ser considerada a experiencia como um dos critérios de adjudicação. Pode sê-lo feito, se for um concurso limitado com previa qualificação. Há primeiro uma qualificação e, aí é possível nessa prévia qualificação considerar-se a experiencia. Como critério de adjudicação não possível. Identificamos uma situação dessas. Identificamos também diversos procedimentos de ajustes diretos que deviam ter sido publicitados no Portal no âmbito do que está estipulado no artigo cento e vinte e sete, da contratação pública. Penso que também tem a ver, acho que está relacionado com aquela primeira fase inicial que não se sabia bem. As situações foram identificadas nos primeiros contratos. Identificamos depois várias despesas que não nos é possível concluir se sim se não, se estão diretamente relacionadas com a atividade da junta, porquê? Porque os elementos que conseguimos auditar, as ordens de pagamento e os documentos de suporte, não identificam o motivo, não identificado o motivo, temos na prática alguma limitação. Situações, eu estou a ler a síntese conclusiva na página dezoito, por exemplo na alínea b) despesas relativamente a refeições confeccionadas e por confeccionar no montante total de oito mil trezentos e quarenta e um euros, não existe justificação. Foram pagas através do cartão de débito que estava atribuído ao presidente da antiga junta. No período de novembro de dois mil e nove a setembro de dois mil e treze, foram pagas despesas de compensação por utilização de viatura própria, ou seja quilómetros, sendo que os mapas que suportam essas despesas na generalidade não apresentam uma descrição clara de percurso, nem a justificação para a deslocação, ou seja, é pressuposto quando se fazem mapas de quilómetros, que se identifique o início, o fim, o motivo e nos não conseguimos identificar. Tem a ver com

procedimentos provavelmente instituídos mas, nos não conseguimos identificar. Havia efetivamente algumas viaturas ao serviço que estão aqui no relatório. Eu só estou a ler a síntese, porque acho que é mais proveitoso para todos. Verificamos também, despesas de ajudas de custo, pagas ao executivo no montante de oitocentos e setenta e cinco euros e sessenta e três cêntimos e ajudas de custo pagas ao colaborador no montante de seiscentos e vinte e cinco euros, das quais não existe justificação ou enquadramento dessas deslocações na atividade da junta. Existem também situações relativamente a alguns quilómetros, que o número de quilómetros imputados pareceu-nos excessivo, ou seja, o procedimento que nos utilizamos foi através do Google, tivemos uma margem razoável e, consideramos razoável, ou seja, os caminhos às vezes podem ser um bocadinho deferentes. Tivemos em consideração efetivamente por exemplo, daqui para Sintra, o número de quilómetros tenho ideia que são dez, o número que tinha sido imputado tinha sido significativamente superior, isso dá para ver nos anexos..., vendo a contagem no Google, demos uma margem de dez a vinte quilómetros e avia situações que achamos excessivo. Foram também identificadas despesas no montante de cinco mil euros relativamente a hotéis e passagem aéreas, relacionadas com deslocações ao estrangeiro, para as quais não existe justificação ou enquadramento dessas deslocações para a atividade da junta. O que é que nos fizemos? Tendo provado elementos que tínhamos, atas, eventualmente questionamos as pessoas aqui da junta, tentamos identificar esta deslocação. Por exemplo ao Canadá, existe justificação, não existe justificação, não havia. Tentamos procurar nas atas, não havia, nos aqui, quer dizer..., os auditores têm esta limitação. Só conseguimos ver o que lá está escrito. Os mapas apresentados relativamente aos quilómetros, nem sempre identificam claramente o processo efetuado nem a justificação. Na generalidade não são elaborados mapas de ajudas de custo, sendo apenas mencionadas em alguns casos, nos mapas de compensação ou seja, nos mapas de quilómetros. É normal que além dos mapas de quilómetros existam mapas de ajudas de custo. Os mapas de ajudas de custo identificam a hora da partida, a hora da chegada, até porque isso tem alguma influência no valor que se vai pagar. Efetivamente o que nos vimos, foram os documentos relativamente aos mapas de quilómetros, onde ao lado tinham o valor das ajudas de custo que vai ser pago. Também verificamos e neste caso relativamente aos telemóveis, foram definidos penso que a partir de dois mil e onze, plafons para a junta, isto está no relatório claramente identificado. O total do plafom foi ultrapassado claramente em mil duzentos e onze euros... Também existem situações à contratação do pessoal em regime de avença, ou seja, pessoas a recibos verdes que efetivamente existem, apontam que os colaboradores estão cá permanentemente e portanto é claro que não podem ser considerados



trabalhadores não subordinados. Existem aqui, outras questões que têm a ver com o facto de algumas faturas não identificarem o tipo de serviço. O código do IVA, diz claramente que não podem ser passadas faturas a dizer prestação de serviços, porquê? Porque não sabe qual é a prestação. Essas faturas dizem respeito a valores pagos a António Rossa e Rui Ribeiro nos valores de mil oitocentos e quarenta e dois e oitocentos euros, para os quais não foi possível identificar. Através da análise às atas, constatou-se também que os documentos prestação de contas não foram aprovados. Temos aqui algumas fragilidades de controlo interno que estão sobretudo relacionados com as questões de documentação que estão anexas às ordens de pagamento que não nos permitiram concluir realmente quais foram os objetivos para que as despesas foram efetuadas. Em traços gerais foram estas as nossas conclusões, ou seja, esta síntese conclusiva para mim está clara, para vocês não sei se está. As coisas estão feitas de uma forma mais detalhada no corpo do relatório e dos anexos Tendo as pastas que se encontravam arquivadas aqui na junta, analisamos os processos e os elementos que lá estavam, foi essa à conclusão que chegamos. Por exemplo, relativamente à questão de licenciatura, efetivamente verificamos o cheque, verificamos que efetivamente o valor tinha sido depositado, fomos ao extrato bancário ver a entrada do dinheiro. Isso foi o que foi feito. Na prática, isso trata-se, regra geral o resumo dos elementos que estavam na pasta. Esta questão era um bocadinho mais delicada, achávamos nos, tinha a ver com a comprovação que o valor tinha sido exercido, concluímos isso mesmo".-----

Depois de uma síntese resumida do relatório da auditoria, usaram da palavra:-----

O senhor Presidente Carlos Casimiro, o senhor Vogal Tesoureiro João Castanho, a senhora Vogal Helena Cardoso, o senhor Vogal Teodosio Alcobia.-----

Usaram novamente da palavra os Senhores Vogais: Vogal Tesoureiro João Castanho, Vogal Teodósio, o Senhor Presidente Carlos Casimiro e a Vogal Helena Cardoso.-----

Há medida que as intervenções eram feitas por parte do executivo da junta, a representante da empresa DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tomava a palavra para dar todos os esclarecimentos às questões colocadas. Todas as intervenções dos intervenientes foram gravadas em ficheiro áudio com a designação (JF AMS RJ 2014-09-25_A001), sendo parte integrante desta ata.-----

Não havendo mais informações passou-se ao segundo ponto.-----

Ponto Dois – Deliberações.-----

Passou-se à apreciação e votação das deliberações com as seguintes propostas.-----

- a) Proposta n.º JF 145/2014, do Vogal João Castanho, relativa ao relatório da Auditoria às contas da antiga Junta de Freguesia de Agualva .-----

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente deu a palavra ao senhor Vogal Tesoureiro João Castanho que apresentou a proposta e sugeriu que no número um, dois e três, passassem a ter a seguinte redação:-----

- 1 A aprovação do Relatório de Auditoria Contabilística e Financeira ao mandato do anterior Executivo da Junta de Freguesia de Agualva no período de outubro de 2009 a 25 de outubro de 2013, realizada pela empresa DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, **com as alterações solicitadas aos revisores, seja considerada nos termos da gravação áudio.**----
- 2 Que as conclusões do relatório de Auditoria **na versão final** sejam enviadas para as entidades competentes que tutelam as autarquias locais nomeadamente para o Ministério Público, IGAL/IGF, Tribunal de Contas e DGAL, para os devidos procedimentos jurídicos ou legais.-----
- 3 Que o relatório de Auditoria Financeira **na versão final** seja enviado para os vogais da Assembleia de Freguesia, para conhecimento e tomada de posição sobre o mesmo.

Usaram da palavra os senhores Vogais: Vogal Teodósio Alcobia, Vogal Tesoureiro João Castanho, o senhor Presidente. Tomou a palavra o senhor Vogal Tesoureiro João Castanho para esclarecimento das questões colocadas pelos senhores vogais.-----

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da proposta.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente sugeriu que a proposta n.º JF 148/2014, do Vogal João Castanho, relativa à correção da 2.ª revisão ao orçamento e 2.ª revisão ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos) de 2014, fosse apreciada e votada em segundo lugar, sendo que esta proposta é do senhor Vogal Tesoureiro, que por sua vez tem que se ausentar, dando a palavra ao senhor Vogal que apresentou a proposta.-----

- b) Proposta n.º JF 148/2014, do Vogal João Castanho, relativa à correção da 2.ª revisão ao orçamento e 2.ª revisão ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos) de 2014.-----

Tomou a palavra o senhor Presidente para dar mais alguns esclarecimentos referentes à proposta, perguntando aos senhores Vogais se tinham mais intervenções a fazer.-----

Não havendo intervenções passou-se à votação da proposta.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente voltou à numeração sequencial das propostas fazendo a apresentação da mesma e passando de seguida a palavra aos senhores Vogais:-----

c) Proposta n.º JF 146/2014, do Presidente de Junta, relativa à alteração ao Protocolo para a prática de Karaté com o Dojo do Mestre Brito.-----

Não havendo intervenções passou-se à votação da proposta.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

d) Proposta n.º JF 147/2014, do Presidente de Junta, relativa à colocação dos painéis identificativos das instalações da Junta de Freguesia

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente apresentou a proposta passando de seguida a palavra aos senhores Vogais:-----

Usaram da palavra os senhores Vogais: Vogal Mário Condessa, Vogal Helena Cardoso, Vogal Secretário Luís Rato, Teodósio Alcobia Vogal Joana Marques. Usaram novamente da palavra os senhores Vogais: Vogal Helena Cardoso, Vogal Secretário Luís Rato, Vogal Mário Condessa e novamente o Vogal Teodósio Alcobia. No decorrer das intervenções, o senhor Presidente foi usando da palavra para esclarecimento das questões colocadas pelos senhores vogais.-----

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da proposta.-----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes com a abstenção do senhor Vogal Teodósio Alcobia. -----

e) Proposta n.º JF 149/2014, do Presidente de Junta, relativa à alienação da viatura automóvel da marca Hyundai H1 e aquisição de uma viatura automóvel usada da marca Mitsubishi L200 ou equivalente.

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente apresentou a proposta passando de seguida a palavra aos senhores Vogais:-----

Usaram da palavra os senhores Vogais: O Vogal Mário Condessa, Vogal Secretário Luís Rato, Vogal Teodósio Alcobia, Vogal Helena Cardoso. Tomou a palavra o senhor Presidente para esclarecimentos às questões colocadas pelos senhores vogais.-----

Por unanimidade dos presentes a proposta foi retirada, sendo levada à próxima reunião -----

De seguida entrou-se no ponto três;-----

Ponto Três – Outros assuntos:-----

Três ponto um – Autorização de pagamento de faturas.-----

Não havendo faturas que necessitem autorização de pagamento, passou-se ao ponto seguinte.-----

Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente lembrou os restantes membros do Executivo, que não tinham abordado o ponto das informações devido à presença da representante da empresa DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sendo oportuno faze-lo agora juntamente com o ponto assuntos de interesse geral. Começou por referir a realização da Presidência Aberta agendada para dez de outubro e a realização de uma reunião com a Câmara Municipal de Sintra para preparação da visita. Informou sobre o calendário de caráter social, com distribuição por seis instituições de solidariedade social do município. De seguida deu a palavra aos senhores Vogais:-----

Usou da palavra os senhores Vogais: Vogal Secretário Luís Rato, Vogal Teodósio Alcobia, Vogal Joana Marque e o Vogal Mário Condessa. Tomou a palavra o senhor Presidente para esclarecimentos colocados pelos senhores Vogais. Por fim usou da palavra a senhora Vogal Helena Cardoso.-----


Continuando no uso da palavra, o senhor Presidente perguntou aos senhores vogais se tinham mais alguma informação a prestar.-----

--- Nada havendo mais a tratar, o senhor Presidente colocou a aprovação da presente ata em minuta, no que diz respeito a propostas e deliberações, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Por fim o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e trinta e minutos.-----

--- Para constar lavrou-se a presente Ata que se encontra gravada e guardada em dois ficheiros áudio com a designação (JF AMS RJ 2014-09-25_A001) referente à parte da auditoria e (JF AMS RJ 2014-09-25_A002) referente às propostas/deliberações, sendo parte integrante desta Ata -----

Presidida pelo Presidente de Junta,



Carlos Casimiro

Secretariada pelo Vogal Secretário,



Luís Rato